

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	17
-----------------------------	-----------

CAPÍTULO I

O SISTEMA PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO	19
--	-----------

1. Considerações iniciais	19
2. Princípios constitucionais da previdência complementar.....	33
2.1. Natureza jurídica de direito privado.....	35
2.2. Complementaridade.....	37
2.3. Autonomia em relação aos regimes públicos previdenciários.....	37
2.4. Facultatividade na filiação ao regime	40
2.5. Regime de capitalização.....	47
2.6. Independência em relação ao contrato de trabalho	49
2.7. Paridade contributiva nas entidades fechadas de previdência complementar com patrocínio público	51
2.8. Reserva de lei complementar	62
2.9. Transparência na gestão	62
2.10. Princípio da representatividade.....	65
3. Princípios infraconstitucionais da previdência complementar	66
3.1. Proteção dos interesses dos participantes e assistidos.....	66
3.2. Proteção do direito adquirido e do direito acumulado.....	67
3.3. Independência patrimonial.....	71
3.4. Inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor (CDC) para os planos fechados.....	74
3.5. Impenhorabilidade das prestações previdenciárias e dos recursos garantidores.....	78

CAPÍTULO II

O PLANO DE BENEFÍCIOS E OS ELEMENTOS DA RELAÇÃO JURÍDICA PREVIDENCIÁRIA.....	81
---	-----------

1. Conceitos iniciais da relação jurídica previdenciária	81
2. Características do contrato previdenciário	87
3. A formação do contrato previdenciário.....	90
4. Sujeitos da relação jurídica.....	93
4.1. Entidades Fechadas e Entidades Abertas de Previdência Complementar...	94
4.2. Participantes, assistidos e beneficiários	108
4.3. Patrocinadores, instituidores, averbadores e estipulantes.....	113

5.	O objeto da relação jurídica e os planos de benefícios.....	114
6.	A existência de submassas nos planos de benefícios.....	124
7.	A proteção patrimonial dos planos de benefícios.....	125
8.	Principais benefícios oferecidos na previdência complementar aberta.....	138
9.	Cláusulas ou institutos obrigatórios do contrato previdenciário (resgate, portabilidade, benefício proporcional diferido e autopatrocínio).....	140
10.	Plano de custeio. Regimes financeiros. Contribuições normais, extraordinárias e facultativas. Resseguro e fundo de solvência.....	149
11.	Desequilíbrios financeiros do plano de benefícios (superávits e déficits).....	156
12.	Atualização monetária das prestações previdenciárias contratadas.....	161
13.	A extinção da obrigação previdenciária.....	165
	13.1. Extinção ordinária e extraordinária da obrigação previdenciária.....	165
	13.2. A extinção do contrato previdenciário ou do plano de benefícios.....	167
	13.3. A retirada de patrocínio.....	168
	13.4. A morte da pessoa física e a extinção da pessoa jurídica.....	169
	13.5. A prescrição.....	173
14.	A nulidade dos atos e negócios jurídicos na previdência complementar.....	173
15.	A competência para julgamento das ações de previdência complementar.....	176

CAPÍTULO III

A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR COM PATROCÍNIO PÚBLICO.....	179
1. A Lei Complementar nº 108/2001 que disciplina as atividades e os planos de benefícios oferecidos pelas entidades fechadas com patrocínio público.....	179
1.1. Planos de benefícios – regras específicas aplicadas aos planos administrados pelas entidades sujeitas à LC 108/2001.....	183
1.2. Regras de governança das entidades com patrocínio público.....	186
1.3. A quarentena dos ex-dirigentes da entidade fechada.....	191
2. A previdência complementar do servidor público efetivo e a Lei nº 12.618/2012.....	196

CAPÍTULO IV

REGULAÇÃO, SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO DO ESTADO.....	225
1. Introdução à atuação do Estado na previdência complementar.....	225
2. Entidades e órgãos públicos reguladores e fiscalizadores.....	231
3. Controles interno e externo das entidades de previdência complementar.....	237

CAPÍTULO V

REGIMES ESPECIAIS DE ADMINISTRAÇÃO DAS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	249
1. Introdução.....	249

2.	Regime jurídico aplicável.....	250
3.	Disposições comuns aos regimes especiais de administração.....	253
4.	Regimes especiais de administração em espécie	254
5.	Efeitos da decretação da intervenção e da liquidação extrajudicial.....	258
6.	Aspectos gerais relacionados à liquidação extrajudicial das entidades fechadas	263

CAPÍTULO VI

DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR NA PREVIDÊNCIA

COMPLEMENTAR.....	269	
1.	Introdução	269
2.	Ato ilícito na previdência complementar e esferas de responsabilização (cível, criminal e administrativa)	272
3.	Responsabilidade administrativa no regime de previdência complementar	275
3.1.	Considerações gerais	275
3.2.	Fontes formais	277
3.3.	Princípios constitucionais aplicáveis ao direito administrativo sancionador.....	280
3.3.1.	Legalidade ou reserva legal. Criação de infrações por ato normativo	281
3.3.2.	Devido processo legal. Contraditório e ampla defesa. Proporcionalidade das sanções administrativas	286
3.3.3.	Segurança jurídica. Proteção ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada. Irretroatividade da lei nova....	288
3.3.4.	Princípio da culpabilidade.....	291
3.3.5.	Pessoalidade da sanção administrativa.....	292
3.3.6.	Sigilo das informações pessoais.....	292
3.3.7.	Princípios da Administração Pública.....	293
3.4.	Aplicação por analogia dos princípios e normas do direito penal no processo administrativo sancionador.....	293
3.4.1.	A retroatividade da norma mais benéfica. Ultratividade das normas excepcionais e temporárias. Infrações continuadas e permanentes	294
3.4.2.	Princípio do <i>non bis in idem</i>	298
3.4.3.	Princípio do <i>in dubio pro reo</i>	300
3.4.4.	Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	301
3.5.	Elementos da infração administrativa.....	302
3.5.1.	Bem jurídico tutelado	302
3.5.2.	O tipo administrativo	303
3.5.3.	Conduta dolosa ou culposa	303
3.5.4.	Sujeito ativo e sujeito passivo.....	305

3.6. Penalidades ou sanções administrativas	309
3.7. Dosimetria das penalidades	313
3.8. Efeitos secundários da condenação administrativa definitiva	317
3.9. Causa excludente da punibilidade (§ 2º, art. 22 do Decreto nº 4.942/2003).....	318
3.10. Causas que extinguem a punibilidade (morte do autor e prescrição)	319
3.11. Rito procedimental do processo administrativo sancionador nas entidades fechadas (Decreto nº 4.942/2003)	321
3.12. Rito procedimental do processo administrativo sancionador nas entidades abertas (Resolução CNSP nº 243/2011)	328
3.13. Cobrança administrativa e judicial das multas aplicadas pelo órgão fiscalizador (Previc e Susep). Parcelamento do crédito da autarquia.....	333
 CAPÍTULO VII	
REGIME TRIBUTÁRIO	339
1. Evolução histórica da matéria.....	339
2. A atual regra tributária dos planos de previdência complementar	342
3. A Súmula 730 do Supremo Tribunal Federal imunidade tributária dos planos de benefícios não-contributivos administrados pelas entidades fechadas.	349
 ANEXO I - LEGISLAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	355
 ANEXO II - MODELOS CONTRATUAIS.....	375
 ANEXO III - MODELOS CONTRATUAIS	379
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	417